



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140772 - CE (2021/0001041-4)**

**RELATOR** : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
**RECORRENTE** : ANTONIO YURI BESSA DIOGENES (PRESO)  
**ADVOGADO** : FERNANDO ANTONIO BEZERRA FREIRE - CE020581  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ  
**CORRÉU** : MARIA ELIANA PEREIRA DA SILVA  
**CORRÉU** : PAMELA RAQUEL ALVES NEGREIROS  
**CORRÉU** : ALICE ALVES DE FREITAS DIOGENES  
**CORRÉU** : FRANCISCO DAS CHAGAS DOS REIS  
**CORRÉU** : JOAO OLIVAN DIOGENES DA SILVA

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ANTONIO YURI BESSA DIOGENES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (*Habeas Corpus* n. 0636362-12.2020.8.06.0000).

O recorrente encontra-se preso cautelarmente desde 14/10/2020 e denunciado pela prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006 e no art. 304 do Código Penal.

Sustenta a ilegalidade da prisão preventiva pela não realização da audiência de custódia bem como pela inidoneidade dos motivos apresentados pelo decreto prisional.

Requer, liminarmente, a liberdade provisória em favor do paciente com a imediata expedição do alvará de soltura. No mérito, requer o provimento do recurso para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.  
Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente